



5º Simulado

Magistratura TJ SP

Simulado TJ-SP

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TJ-SP;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-SP-Magistratura-16-10>

01 – (A) (B) (C) (D)
02 – (A) (B) (C) (D)
03 – (A) (B) (C) (D)
04 – (A) (B) (C) (D)
05 – (A) (B) (C) (D)
06 – (A) (B) (C) (D)
07 – (A) (B) (C) (D)
08 – (A) (B) (C) (D)
09 – (A) (B) (C) (D)
10 – (A) (B) (C) (D)
11 – (A) (B) (C) (D)
12 – (A) (B) (C) (D)
13 – (A) (B) (C) (D)
14 – (A) (B) (C) (D)
15 – (A) (B) (C) (D)
16 – (A) (B) (C) (D)
17 – (A) (B) (C) (D)
18 – (A) (B) (C) (D)
19 – (A) (B) (C) (D)
20 – (A) (B) (C) (D)

21 – (A) (B) (C) (D)
22 – (A) (B) (C) (D)
23 – (A) (B) (C) (D)
24 – (A) (B) (C) (D)
25 – (A) (B) (C) (D)
26 – (A) (B) (C) (D)
27 – (A) (B) (C) (D)
28 – (A) (B) (C) (D)
29 – (A) (B) (C) (D)
30 – (A) (B) (C) (D)
31 – (A) (B) (C) (D)
32 – (A) (B) (C) (D)
33 – (A) (B) (C) (D)
34 – (A) (B) (C) (D)
35 – (A) (B) (C) (D)
36 – (A) (B) (C) (D)
37 – (A) (B) (C) (D)
38 – (A) (B) (C) (D)
39 – (A) (B) (C) (D)
40 – (A) (B) (C) (D)

41 – (A) (B) (C) (D)
42 – (A) (B) (C) (D)
43 – (A) (B) (C) (D)
44 – (A) (B) (C) (D)
45 – (A) (B) (C) (D)
46 – (A) (B) (C) (D)
47 – (A) (B) (C) (D)
48 – (A) (B) (C) (D)
49 – (A) (B) (C) (D)
50 – (A) (B) (C) (D)
51 – (A) (B) (C) (D)
52 – (A) (B) (C) (D)
53 – (A) (B) (C) (D)
54 – (A) (B) (C) (D)
55 – (A) (B) (C) (D)
56 – (A) (B) (C) (D)
57 – (A) (B) (C) (D)
58 – (A) (B) (C) (D)
59 – (A) (B) (C) (D)
60 – (A) (B) (C) (D)

61 – (A) (B) (C) (D)
62 – (A) (B) (C) (D)
63 – (A) (B) (C) (D)
64 – (A) (B) (C) (D)
65 – (A) (B) (C) (D)
66 – (A) (B) (C) (D)
67 – (A) (B) (C) (D)
68 – (A) (B) (C) (D)
69 – (A) (B) (C) (D)
70 – (A) (B) (C) (D)
71 – (A) (B) (C) (D)
72 – (A) (B) (C) (D)
73 – (A) (B) (C) (D)
74 – (A) (B) (C) (D)
75 – (A) (B) (C) (D)
76 – (A) (B) (C) (D)
77 – (A) (B) (C) (D)
78 – (A) (B) (C) (D)
79 – (A) (B) (C) (D)
80 – (A) (B) (C) (D)

81 – (A) (B) (C) (D)
82 – (A) (B) (C) (D)
83 – (A) (B) (C) (D)
84 – (A) (B) (C) (D)
85 – (A) (B) (C) (D)
86 – (A) (B) (C) (D)
87 – (A) (B) (C) (D)
88 – (A) (B) (C) (D)
89 – (A) (B) (C) (D)
90 – (A) (B) (C) (D)
91 – (A) (B) (C) (D)
92 – (A) (B) (C) (D)
93 – (A) (B) (C) (D)
94 – (A) (B) (C) (D)
95 – (A) (B) (C) (D)
96 – (A) (B) (C) (D)
97 – (A) (B) (C) (D)
98 – (A) (B) (C) (D)
99 – (A) (B) (C) (D)
100 – (A) (B) (C) (D)

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

01. Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, com a redação da Lei nº 12.376/2010) é correto afirmar que:

- a) para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se executarem.
- b) a sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, quando relativo a bens móveis, e à lei da localização do bem imóvel.
- c) é competente a autoridade judiciária brasileira, quando aqui tiver de ser cumprida a obrigação.
- d) não conhecendo a lei estrangeira, poderá o juiz afastar a sua aplicabilidade.

02. Ainda que sempre possível a realização de exame de DNA para se comprovar a filiação, há casos em que a lei presume terem sido concebidos os filhos na constância do casamento. Quanto a isso, assinale a alternativa que não representa uma correta hipótese para essa presunção:

- a) filhos nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal;
- b) filhos havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido;
- c) filhos havidos por inseminação artificial heteróloga, ainda que sem prévia autorização do marido;
- d) havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga.

03. Marcos e Joana são casados no regime de comunhão parcial de bens e não possuem filhos em comum. Em relação aos bens do casal, assinale a alternativa que indica uma situação que não pode ser exercida de forma independente por Marcos sem a necessária autorização de Joana:

- a) desobrigar ou reivindicar os imóveis que tenham sido gravados ou alienados sem o seu consentimento ou sem suprimento judicial;
- b) pleitear, como autor ou réu, acerca desses bens ou direitos;

c) reivindicar os bens comuns, móveis ou imóveis, doados ou transferidos pelo outro cônjuge ao concubino, desde que provado que os bens não foram adquiridos pelo esforço comum destes, se o casal estiver separado de fato por mais de cinco anos;

d) administrar os bens próprios.

04. O objetivo da tutela é a administração dos bens de crianças e adolescentes (menores), sejam eles absoluta ou relativamente incapazes. A escolha do tutor cabe, em princípio, a ambos os pais, em conjunto, desde que detenha o poder familiar, caso conste tal decisão em algum documento autêntico, como um testamento ou escrito particular, até. Em relação à tutela, é correto afirmar que:

- a) os filhos menores são postos em tutela quando os pais estiverem ausentes por mais de sessenta dias;
- b) é nula a nomeação de tutor pelo pai ou pela mãe que, ao tempo de sua morte, não tinha o poder familiar;
- c) o direito de nomear tutor compete aos pais, individualmente;
- d) irmãos órfãos poderão ter tutores diferentes.

05. Estará impedida, suspensa ou interrompida a decadência:

- a) quando pender condição suspensiva.
- b) quando não estiver vencido o prazo.
- c) quando for direito relacionado ao menor de dezesesseis anos;
- d) quando se referir a relação entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.

06. Extingue-se a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção pelo não uso, durante:

- a) cinco anos contínuos.
- b) cinco anos ao todo, ainda que descontinuados.
- c) dez anos contínuos.
- d) dez anos ao todo, ainda que descontinuados.

07. A sociedade conjugal termina:

- a) pela morte de ambos os cônjuges;
- b) exclusivamente pela nulidade do casamento;
- c) pelo divórcio;
- d) pela morte de um dos cônjuges, mas não pela morte presumida em razão da ausência.

08. Na solidariedade ativa, quando a obrigação for indivisível o herdeiro de um credor falecido:

- a) pode exigir para si, sozinho, o cumprimento da obrigação por inteiro;
- b) pode exigir para si, sozinho, apenas a quota parte que lhe caberia se a obrigação fosse divisível;
- c) não pode exigir para si, sozinho, o cumprimento da obrigação por inteiro;
- d) não pode exigir o cumprimento da obrigação de qualquer forma.

09. Diferentemente do penhor, na hipoteca o devedor hipotecário não é desapossado do bem em favor do credor hipotecante. A hipoteca liga-se, ao contrário, a bem imóvel, atual, futuro ou condicionado, o que inclui os imóveis e os acessórios, o domínio direto, dentre outros. Quanto a esse instituto, não é situação de extinção da hipoteca:

- a) a extinção da obrigação principal;
- b) o perecimento da coisa;
- c) a novação;
- d) a adjudicação.

10. A empresa Constructo firmou contrato de empreitada com um particular, seu cliente. A depender das peculiaridades do contrato, é correto afirmar que:

- a) pode-se presumir que o fornecimento de materiais é obrigação da empresa contratada;
- b) se a empresa Constructo fornecer apenas a mão-de-obra, então os riscos que não tiver culpa correrão por conta do cliente que o contratou;
- c) o empreiteiro não é obrigado a pagar os materiais que recebeu se o inutilizar por imperícia, visto que esse é um risco esperado da atividade;

d) uma vez contratado, o preço do contrato não pode ser revisto em razão da força vinculativa do termo firmado.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Henrique da Rosa

11. Assinale a alternativa incorreta ao código de defesa do consumidor

- a) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- b) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- c) Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
- d) Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

12. Em relação à política nacional das relações de consumo, é incorreto afirmar em relação a seus princípios:

- a) reconhecimento da hipossuficiência do consumidor no mercado de consumo.
- b) educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo.
- c) racionalização e melhoria dos serviços públicos.
- d) estudo constante das modificações do mercado de consumo.

13. É direito básico do consumidor, previsto no CDC:

- a) a proteção da saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.
- b) a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações.
- c) a informação básica e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.
- d) a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais, morais e individuais.

14. Assinale a alternativa em desacordo com o entendimento do STJ sobre direito do consumidor:

- a) É abusiva a publicidade de alimentos direcionada, de forma explícita ou implícita, ao público infantil.
- b) Constitui prática comercial abusiva e propaganda enganosa o lançamento de dois modelos diferentes para o mesmo automóvel, no mesmo ano, ambos anunciados como novo modelo para o próximo ano.
- c) Configura dano moral coletivo *in re ipsa* a exploração de jogos de azar, por constituir atividade ilegal da qual resultam relações de consumo que transcendem os interesses individuais dos frequentadores das casas de jogo.
- d) A ausência de informação relativa ao preço, por si só, caracteriza publicidade enganosa.

15. Assinale a alternativa incorreta em relação à lei 9.656/98:

- a) Para obter a autorização de funcionamento, as operadoras de planos privados de assistência à saúde devem satisfazer os seguintes requisitos, independentemente de outros que venham a ser determinados pela ANS.
- b) As operadoras privadas de assistência à saúde poderão voluntariamente requerer autorização para encerramento de suas atividades, observando os seguintes requisitos, independentemente de outros que venham a ser determinados pela ANS.

- c) Plano Privado de Assistência à Saúde é prestação continuada de serviços ou cobertura de custos assistenciais a preço pré ou pós estabelecido, por prazo determinado, com a finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde, pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde, livremente escolhidos, integrantes ou não de rede credenciada, contratada ou referenciada, visando a assistência médica, hospitalar e odontológica, a ser paga integral ou parcialmente às expensas da operadora contratada, mediante reembolso ou pagamento direto ao prestador, por conta e ordem do consumidor.
- d) Está subordinada às normas e à fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS qualquer modalidade de produto, serviço e contrato que apresente, além da garantia de cobertura financeira de riscos de assistência médica, hospitalar e odontológica, outras características que o diferencie de atividade exclusivamente financeira.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

16. Sobre a execução de prestações alimentícias, assinale a alternativa correta:
- a) O exequente pode promover o cumprimento da sentença ou decisão que condena ao pagamento de prestação alimentícia no juízo de seu domicílio.
 - b) No caso de execução pelo rito da prisão, pagamento parcial é suficiente para a sua revogação.
 - c) A teoria do adimplemento substancial tem incidência nos vínculos jurídicos familiares, revelando-se adequada para solver controvérsias relacionadas a obrigações de natureza alimentar.
 - d) A superveniente propositura de ação de exoneração de alimentos torna ilegal o decreto de prisão.

17. Assinale a alternativa incorreta no que se refere à execução em face da Fazenda Pública:

- a) Os Conselhos de Fiscalização Profissional, em razão de dívidas reconhecidas judicialmente, não se submetem ao rito processual de execução contra a Fazenda Pública.
- b) Não impugnada a execução, penhorar-se-ão tantos bens quantos bastem à satisfação do débito.
- c) A FP não se sujeita à multa e honorários de advogado em caso de não cumprimento espontâneo da obrigação.
- d) Na hipótese de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento.

18. Sobre o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e o Incidente de Assunção de Competência (IAC), é correto afirmar que:

- a) O IRDR e o IAC integram o microsistema de gestão e julgamento de casos repetitivos.
- b) O relator não poderá propor, de ofício, o IAC, devendo o mesmo ser postulado apenas pelas partes, Ministério Público ou Defensoria Pública.
- c) O IRDR será julgado no prazo de um ano. Superado esse prazo, o incidente será extinto sem resolução de mérito, sem prejuízo de que seja novamente suscitado.
- d) Não caberá a instauração de IRDR se já encerrado o julgamento de mérito do recurso ou da ação originária, mesmo que pendente de julgamento embargos de declaração.

19. Sobre os poderes expressamente concedidos ao relator pelo Código de Processo Civil de 2015, é correto afirmar que poderá

- a) considerar de plano inadmissível recurso interposto sem o respectivo preparo.
- b) dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a súmula do próprio tribunal, não sendo obrigatória a concessão de prazo para apresentação de contrarrazões pelo recorrido.
- c) negar provimento ao recurso que estiver em confronto com a jurisprudência dominante do respectivo tribunal.

d) negar provimento a recurso contrário a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, não sendo obrigatório que se conceda previamente prazo para apresentação de contrarrazões.

20. No que se refere à ação rescisória, marque a alternativa correta:

- a) Reconhecida a incompetência do tribunal para julgar a ação rescisória, o processo será extinto sem resolução de mérito.
- b) Os atos de disposição de direitos, praticados pelas partes ou por outros participantes do processo e homologados pelo juízo, bem como os atos homologatórios praticados no curso da execução, estão sujeitos à ação rescisória, nos termos da lei.
- c) Há erro de fato quando a decisão rescindenda admitir fato inexistente ou quando considerar inexistente fato efetivamente ocorrido, sendo dispensável, em ambos os casos, que o fato não represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado.
- d) A técnica de ampliação de julgamento é aplicável ao julgamento não unânime proferido em ação rescisória, quando o resultado for a rescisão da sentença, devendo, nesse caso, seu prosseguimento ocorrer em órgão de maior composição previsto no regimento interno.

21. Sobre a reclamação, marque a alternativa incorreta:

- a) A reclamação pode ser proposta perante qualquer tribunal, e seu julgamento compete ao órgão jurisdicional cuja competência se busca preservar ou cuja autoridade se pretenda garantir.
- b) A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado prejudica a reclamação.
- c) Qualquer interessado poderá impugnar o pedido do reclamante.
- d) Julgando procedente a reclamação, o tribunal cassará a decisão exorbitante de seu julgado ou determinará medida adequada à solução da controvérsia.

22. Contra decisão do presidente do Tribunal de Justiça que denegar seguimento a recurso especial sob o fundamento de ele ter sido interposto contra acórdão que estava em conformidade com entendimento do STJ exarado no regime de recursos repetitivos, é cabível:

- a) embargos de declaração
- b) agravo de instrumento
- c) agravo em recurso especial
- d) agravo interno

23. Considere as disposições do Código de Processo Civil e assinale a alternativa correta sobre o recurso adesivo.

- a) Constitui espécie autônoma de recurso.
- b) A Fazenda pública não terá prazo em dobro para interpor o recurso adesivo.
- c) O terceiro prejudicado e o Ministério Público, quando atua como fiscal do ordenamento jurídico, possuem legitimidade para interpor o recurso adesivo.
- d) Não será conhecido se houver desistência do recurso principal.

24. Em relação ao recurso de embargos de divergência, é correto afirmar:

- a) cabem embargos de divergência quando o acórdão paradigma for da mesma turma que proferiu a decisão embargada, desde que sua composição tenha sofrido alteração em, no mínimo, um terço dos seus membros.
- b) é cabível nos processos de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
- c) é embargável o acórdão de órgão fracionário que, em recurso especial ou extraordinário, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo um acórdão de mérito e outro que não tenha conhecido do recurso, embora tenha apreciado a controvérsia.
- d) não poderão ser confrontadas teses jurídicas contidas em julgamento de recursos e de ações de competência originária.

25. Julgue as assertivas abaixo:

- I. O processamento da ação perante o Juizado Especial Estadual é opção do autor, que pode, se preferir, ajuizar sua demanda perante a Justiça Comum.
- II. Com o advento do Novo Código de Processo Civil de 2015, não são mais da competência dos Juizados Especiais Cíveis as causas enumeradas no art. 275, II, do Código de Processo Civil anterior.
- III. A necessidade de produção de prova pericial, por si só, não influi na definição da competência dos Juizados Especiais.
- IV. Compete ao Juizado Especial a execução de seus próprios julgados, independente da quantia a ser executada, desde que tenha sido observado o valor de alçada na ocasião da propositura da ação.
- V. Em se tratando de litisconsórcio ativo facultativo, para que se fixe a competência dos Juizados Especiais, deve ser considerado o valor da causa individualmente por autor, não importando se a soma ultrapassa o valor de alçada.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) II, IV e V.
- c) I, III, IV e V.
- d) II, III, IV e V.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

26. A respeito do critério definidor de criança e adolescente adotado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, particularmente no que se refere ao cometimento de atos infracionais ou penais, é possível afirmar que:

- a) a idade, considerada por si só, pode levar a situações absurdas, de forma que é prudente que se considere, concomitantemente, como critério de maturidade a condição psíquica do adolescente, análise que está ao alcance do juiz, que, portanto, pode mitigar o critério cronológico adotado.
- b) a adoção da idade de 12 anos evita que as infrações cometidas por crianças sejam consideradas como infração penal, e por isso mesmo, crianças não se sujeitam à aplicação de medida socioeducativa.
- c) o critério adotado pelo Estatuto não dá margem a apreciações equitativas, tratando-se de descrição rigorosa e facilmente verificável que cria presunção absoluta a respeito da capacidade de entendimento de crianças e adolescentes.
- d) o Estatuto permite que pessoas maiores de 18 anos sejam submetidas a procedimento de aplicação de medida socioeducativa, norma que mitiga o critério absoluto estabelecido na parte inicial do Estatuto.

27. A respeito do programa de apadrinhamento, inserido no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente pela Lei nº 13.509/2017, é correto afirmar que:

- a) O perfil da criança ou adolescente a ser apadrinhado será definido pela Vara da Infância e da Juventude, com previsão de prioridade para aqueles que tiverem possibilidade remota de reinserção familiar ou colocação em família adotiva.
- b) Os programas e serviços de apadrinhamento são apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude e sua execução pode ser feita por organismos públicos ou por organizações da sociedade civil.
- c) Podem ser padrinhos ou madrinhas apenas pessoas previamente inscritas no cadastro de adoção. É permitido o apadrinhamento por pessoas jurídicas também.
- d) A etapa de apadrinhamento precede a adoção, constituindo fase que propicia a formação de vínculo

afetivo dos potenciais adotantes com a criança ou adolescente.

28. Os membros do Conselho Tutelar têm direito os seguintes direitos, EXCETO:

- a) cobertura previdenciária.
- b) gozo de férias anuais remuneradas.
- c) gratificação natalina.
- d) adicional de qualificação.

29. José, adolescente, teve contra si decretada medida de internação pela autoridade judiciária. Apreendido por agentes da polícia militar, José foi conduzido à delegacia de polícia até que fosse transferido a local apropriado para o cumprimento da medida. José foi mantido em recinto separado dos demais presos da delegacia. Essa situação perdurou por 9 (nove) dias, até que fosse definido o local de cumprimento da internação. Sobre o caso narrado, podemos afirmar que:

- a) Foi ilícita a permanência de José na delegacia de polícia, já que é estritamente vedado o cumprimento que adolescente seja submetido às mesmas condições que os demais adultos.
- b) A permanência de José em recinto separado dos demais adultos é preferível, mas não haveria, a princípio, óbice a que ele ficasse junto dos adultos.
- c) Há irregularidade da situação narrada em relação ao prazo de permanência em repartição policial, que deve ser de no máximo 5 dias.
- d) A partir dos elementos apresentados, não há qualquer irregularidade no procedimento.

30. Sobre a remissão de ato infracional prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- a) A remissão pode ser concedida ao adolescente antes ou durante o curso do processo. Ainda que no curso de processo judicial, é prescindível a comprovação da materialidade e da autoria do ato infracional para a sua concessão.
- b) É imprescindível a oitiva informal do adolescente para a regularidade da proposta de remissão pelo Ministério Público.
- c) É viável a aplicação das medidas de advertência, de obrigação de reparar o dano, de prestação de serviços à comunidade, de liberdade assistida e de semiliberdade como consequência da remissão.
- d) A medida aplicada por força de remissão poderá ser revista judicialmente a qualquer tempo antes do início do cumprimento.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

31. Quanto à lei penal no tempo, é correto afirmar que:

- a) Com a Lei 13.968, de 26 de dezembro de 2019, que alterou o âmbito do crime do artigo 122 do Código Penal, a conduta de induzimento, instigação ou auxílio a automutilação passou a ser punível após o início da vigência da lei, com natureza de *novatio legis* incriminadora.
- b) O trânsito em julgado da condenação obsta a aplicação da lei penal mais benigna em razão dos efeitos da coisa julgada.
- c) A *abolitio criminis* determina a extinção da sanção penal que já tenha sido imposta e dos efeitos extrapenais da condenação.
- d) Quanto ao tempo do crime, o Código Penal adota a teoria da ubiquidade, segundo a qual considera-se praticado o crime tanto ao tempo da conduta quanto ao tempo do resultado.

32. Quanto aos crimes permanentes ou continuados, é correto afirmar que:

- a) São requisitos do concurso continuado comum, a pluralidade de condutas; crimes da mesma espécie; vínculo de continuidade: mesmas condições de tempo, mesmas condições de lugar, mesma forma de execução (modus operandi) e demais circunstâncias semelhantes; unidade de desígnios; que os crimes sejam dolosos e que as vítimas sejam diferentes.
- b) No crime permanente, em caso de sucessão de leis penais no tempo, caso a execução prossiga, ultrapassando o início de vigência da nova lei, esta deve ser aplicável, apenas se for favorável.
- c) No crime continuado, o sujeito ativo do delito consegue prolongar no tempo a fase de consumação do delito.
- d) Havendo a prática de um dos crimes, que deve ser tido como continuidade do primeiro, após a superveniência de nova lei penal, ainda que mais gravosa, ela deverá ser aplicada ao crime continuado.

33. Quanto aos princípios penais, é correto afirmar que:

- a) O princípio da adequação social preconiza que há a participação da sociedade na responsabilidade pela prática de uma infração penal.
- b) O princípio da materialização do fato reforça a vedação ao Direito Penal do autor.
- c) Em virtude do princípio da subsidiariedade, só se pode criminalizar condutas que representem uma violação de bens jurídicos tutelados pela sociedade.
- d) A individualização da pena veda a punição de alguém por ter sido estimulado por outrem a praticar uma conduta arriscada.

34. Quanto à suspensão condicional da pena, é correto afirmar que:

- a) No prazo de suspensão condicional da pena, o condenado ficará sujeito à observação e ao cumprimento exclusivo das condições elencadas no rol do art. 78 do Código Penal.
- b) A revogação será obrigatória se o condenado descumpre qualquer outra condição imposta ou é irrecorrivelmente condenado, por crime culposo ou por contravenção, a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos.
- c) Caso o condenado seja maior de setenta anos de idade ou haja razões de saúde que justifiquem a suspensão, o *sursis* pode ser concedido para pena privativa de liberdade que não seja superior a quatro anos, sendo que o período de prova será de quatro a seis anos.
- d) O *sursis* especial não poderá ser concedido no caso de impossibilidade de reparação do dano.

35. Quanto ao crime de estelionato e outras fraudes, é correto afirmar que:

- a) Pode o juiz substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um sexto e um terço, ou aplicar somente a pena de multa, caso o criminoso seja primário e seja de pequeno valor o prejuízo.
- b) Há consunção quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva.
- c) A pena aumenta-se de um terço se o agente defrauda substância, qualidade ou quantidade de coisa que deve entregar a uma universidade privada.
- d) Não é necessário comprovar a fraude se o agente emite cheque sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou lhe frustra o pagamento.

36. Quanto ao crime de violação do domicílio, é correto afirmar que:

- a) Não constitui crime de violação de domicílio, entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em consultório médico, na parte destinada ao serviço interno.
- b) A qualificadora do concurso de agentes abrange coautoria e participação, conforme interpretação amplamente majoritária.

c) Incide causa de aumento de pena de um terço, se o fato é cometido por funcionário público, fora dos casos legais, ou com inobservância das formalidades estabelecidas em lei, ou com abuso do poder.

d) Se houver violência na prática do crime de violação de domicílio, deverá haver o concurso material de crimes.

37. Quanto aos crimes contra a paz e contra a fé pública, é correto afirmar que:

- a) O crime de constituição de milícia privada configura-se independentemente da efetiva prática de algum crime pela organização.
- b) Incide na forma majorada do crime de fraudes em certames de interesse público o agente que permite e facilita, por qualquer meio, o acesso de pessoas não autorizadas às informações mencionadas no caput do dispositivo.
- c) Incorre na pena prevista para o crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor o agente que adquire o veículo com o chassi raspado.
- d) O agente se passa por outra pessoa sem apresentação de documento comete o crime de falsidade ideológica.

38. Quanto à punibilidade, é correto afirmar que:

- a) A hipótese de isenção de pena para ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso que presta auxílio no crime de favorecimento pessoal constitui um exemplo de extinção da punibilidade.
- b) A extinção de punibilidade de um crime afasta eventual efeito, previsto em lei, de agravar a pena de outro delito cometido pelo agente.
- c) A sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou homologa a recuperação extrajudicial é condição objetiva de punibilidade nos crimes falimentares.
- d) O indulto extingue os efeitos primários e secundários da condenação, penais ou extrapenais.

39. Quanto aos crimes contra a incolumidade pública, é correto afirmar que:

- a) É indispensável para a configuração do crime de explosão que ocorra a efetiva explosão.
- b) O crime de subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento é de perigo abstrato.
- c) Os atos preparatórios dos crimes contra a saúde pública são penalmente irrelevantes.
- d) Se o crime de incêndio é cometido com intuito de obter vantagem pecuniária em proveito próprio ou alheio, a pena é aumentada pela metade.

40. Quanto aos crimes praticados por particular contra a administração pública, é correto afirmar que:

- a) Se a venda de influência, praticada pelo agente, se referir a juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha, não se configurará o crime de tráfico de influência.
- b) Se na prática de crime de resistência, o agente praticar vias de fato, incorrerá ele em concurso de crimes, tendo em vista que o dispositivo dispõe que as penas previstas no artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.
- c) Incide causa de aumento de pena no crime de descaminho se o comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras é exercido em residências.
- d) De acordo com o entendimento firmado pelo STF, aplica-se o princípio da insignificância ao crime de sonegação de contribuição previdenciária no caso de o valor total do tributo não ultrapassar R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

41. Em relação ao procedimento do Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta.

- a) A decisão de impronúncia no procedimento de competência do Tribunal do Júri produz coisa julgada material.
- b) O juiz, fundamentadamente, absolverá desde logo o acusado, quando não se convencer da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.
- c) É possível a suspensão do julgamento quando houver pedido de desaforamento, desde que os motivos sejam relevantes.
- d) Terão preferência na pauta de julgamento, nesta ordem, os réus com decisão de pronúncia mais antiga, os presos e os idosos.

42. Considere as afirmações a seguir sobre as nulidades no processo penal e marque a opção correta, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) Em se tratando de nulidade absoluta, a incompetência do juízo anula todos os atos instrutórios e decisórios, não sendo permitida a simples ratificação, por violação ao juízo natural.
- b) Em razão do princípio da vedação à *reformatio in pejus*, é sempre nula a decisão do tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação.
- c) A falta da informação ao direito ao silêncio do réu antes do seu interrogatório é causa de nulidade absoluta.
- d) Mediante alegação oportuna e devidamente comprovado o prejuízo, é nula a audiência realizada para oitiva de testemunha sem a presença do réu e seu defensor, que não foram intimados sobre a expedição da carta precatória.

43. Caberá recurso

- a) em sentido estrito, contra a decisão que realizar a unificação de penas.
- b) de agravo, da decisão que negar seguimento ao recurso especial.
- c) de apelação, contra a decisão de pronúncia ou impronúncia.
- d) em sentido estrito, da decisão que julgar procedente a exceção de suspeição.

44. Sobre a competência no processo penal, marque a opção correta.

- a) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- b) No processo por crimes praticados fora do território brasileiro, será competente o juízo da Capital da República Federativa do Brasil.
- c) É considerada conexão intersubjetiva por simultaneidade aquela em que há infrações cometidas para facilitar ou ocultar outras, ou para conseguir impunidade em relação a uma delas.
- d) No caso de conexão entre crimes da jurisdição comum e militar, deverão os processos ser reunidos para julgamento na Justiça Militar, pelo critério da especialidade.

45. Acerca dos princípios constitucionais aplicáveis ao processo penal, assinale a alternativa correta.

- a) o duplo grau de jurisdição é previsto implicitamente na Constituição Federal e expressamente na Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, esta incorporada em nosso ordenamento jurídico.
- b) em razão do princípio constitucional da proteção à intimidade, em regra os processos criminais são sigilosos a terceiros não integrantes da relação processual.
- c) a pena deve ser cumprida em estabelecimentos iguais para todos os condenados, sendo vedada a distinção de acordo com a natureza do delito, a idade ou o sexo do apenado.
- d) o princípio do *in dubio pro reo* impede que haja condenação fundamentada exclusivamente nos

depoimentos de policiais militares que atuaram no caso.

46. Em relação à prova pericial, marque a opção correta.

- a) Em se tratando de exame de corpo de delito, ordinariamente não é autorizado ao juiz ou ao Delegado de Polícia negar a sua realização a pedido das partes.
- b) Há prioridade na realização de exame de corpo de delito que envolva crime hediondo.
- c) De acordo com o que estabelece expressamente o CPP, o magistrado não pode determinar, de ofício, a produção de prova antecipada em fase de investigação.
- d) É permitido às partes requerer a oitiva dos peritos para esclarecerem a prova ou para responderem a quesitos, bem como indicar assistentes técnicos que poderão, atuando já em fase de investigação, apresentar laudo pericial complementar.

47. No tocante às medidas cautelares previstas no Código de Processo Penal, é INCORRETO afirmar que:

- a) a proibição de ausentar-se da Comarca é cabível quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução.
- b) a fiança tem como objetivo assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial.
- c) a substituição da prisão preventiva pela domiciliar é admitida quando o preso for imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência, desde que exista prova idônea de tal condição.
- d) a prisão preventiva pode ser decretada de forma urgente e imediata quando verificado o descumprimento voluntário e intencional de medidas cautelares diversas anteriormente impostas.

48. Em relação às nulidades, observado o CPP e a jurisprudência, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.
- b) A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.
- c) No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.
- d) É absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

49. A revisão dos processos findos, ordinariamente, NÃO será admitida

- a) se a pena houver sido extinta pelo cumprimento.
- b) se houver reiteração do pedido que foi julgado improcedente, ainda que fundado em nova prova.
- c) por parentes do condenado falecido, por se tratar de direito personalíssimo.
- d) se as provas da inocência do réu houverem sido descobertas antes da sentença condenatória.

50. Em relação ao procedimento criminal, é correto afirmar que:

- a) será sumaríssimo quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- b) a denúncia deverá ser rejeitada quando ausente representação do ofendido, nos crimes de ação penal pública condicionada.
- c) produzidas as provas, ao final da audiência, o Ministério Público, o querelante e o assistente e, a seguir, o acusado poderão requerer quaisquer diligências, que serão realizadas a fim de comprovar os fatos alegados.
- d) serão oferecidas alegações finais orais por 20 (vinte) minutos, respectivamente, pela defesa e pela acusação, prorrogáveis por mais 10 (dez), proferindo o juiz, a seguir, sentença.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

51. A EC 45/2004 criou o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para controlar a atuação administrativa e financeira do Ministério Público e o cumprimento dos deveres funcionais de seus membros. A respeito desse órgão, indique a assertiva INCORRETA.

- a) O CNMP compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- b) Cabe ao CNMP rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.
- c) O Corregedor nacional será escolhido pelo CNMP, em votação secreta, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução.
- d) Cabe ao CNMP, conforme redação da Constituição Federal, avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou aposentadoria compulsória a membros do Ministério Público, além de aplicar outras sanções administrativas.

52. Após um processo revolucionário que desencadeou um golpe de Estado, o grupo vencedor autodenominado Pela Ordem impôs novo regimento de organização do Estado Alfa, a partir da produção de um documento solene, sem a consulta popular. Conforme redação dessa Carta, parte de seus dispositivos, para serem alterados, dependeriam de processo legislativo bem mais rigoroso do que o utilizado para a atualização de leis comuns. Outra parte, entretanto, poderia ser alterada da mesma maneira das leis. Considerando as informações fornecidas, é correto afirmar que essa Constituição deve ser classificada como:

- a) outorgada e semirrígida.
- b) promulgada e rígida.
- c) cesarista e semirrígida.
- d) cesarista e flexível.

53. A Constituição do Rio de Janeiro admite a reeleição dos membros da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa para sucessivos mandatos. O Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI 6721/RJ, trouxe o seguinte entendimento:

- a) A norma da Constituição Federal que prescreve a eleição dos membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e do Senado Federal é de reprodução obrigatória por parte dos Estados-membros, de modo que é vedada a reeleição para o mesmo cargo na mesma legislatura.
- b) É inconstitucional a reeleição em número ilimitado, para mandatos consecutivos, dos membros das Mesas Diretoras das Assembleias Legislativas Estaduais para os mesmos cargos que ocupam, sendo-lhes permitida uma única recondução.
- c) Os Estados-membros têm autonomia para definição de mandatos e de reeleição dos membros da Mesa Diretora de Assembleia Legislativa.
- d) A reeleição dos membros da Mesa Diretora de Assembleia Legislativa é permitida. Entretanto, para os que ocupam a presidência do órgão há limitação de uma única recondução, em razão de fazerem parte da linha de substituição do Governador.

54. Lei do Estado de Goiás atribuiu ao responsabilidade solidária ao profissional de contabilidade, quanto ao pagamento de impostos e de penalidades pecuniárias, nas hipóteses em que suas ações ou omissões concorrem para a prática de infração à legislação tributária. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

- a) A lei estadual é constitucional, porque a competência para legislar sobre direito tributário é concorrente, de forma que a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a atribuição suplementar dos estados.
- b) É formalmente inconstitucional a norma estadual, porque invade a competência da União para fixar normas gerais em matéria tributária.
- c) A norma estadual é inconstitucional, porque a competência para legislar sobre responsabilização de terceiros por infração à legislação tributária é privativa da União.
- d) A lei estadual é formalmente inconstitucional, porque cabe à lei complementar estadual dispor

sobre responsabilização de terceiros por infrações tributárias.

55. A Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará estabeleceu como requisito de ingresso na carreira da magistratura, no cargo de juiz substituto, a idade mínima de 23 anos e a idade máxima de 45 anos, contados no dia da inscrição. A respeito do tema, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa correta.

- a) A norma estadual é inconstitucional, uma vez que a Constituição Federal estabelece como limite máximo a idade de 65 anos.
- b) O dispositivo da lei do Ceará é inconstitucional, por usurpação da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal para apresentar projeto de lei complementar que disponha sobre o Estatuto da Magistratura.
- c) A legislação estadual em nada afronta a Constituição Federal, uma vez que a Lei Maior não trata de limite etário para ingresso no cargo de juiz substituto.
- d) A norma estadual é inconstitucional, uma vez que a organização da magistratura é assunto que só pode ser disciplinado na Constituição estadual.

56. A Constituição da Paraíba proibiu o depósito de lixo atômico e a instalação de usinas nucleares no território do estado. Acerca da vedação estadual, consoante redação da Constituição Federal e segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, aponte a assertiva correta.

- a) A competência legislativa é concorrente, de forma que cabe ao estado do Ceará suplementar a lei federal acerca da matéria.
- b) A norma estadual é constitucional, tendo o Ceará exercido a competência residual para dispor sobre energia nuclear.
- c) O dispositivo da Constituição do Ceará é plenamente compatível com a Constituição Federal, uma vez que a competência para legislar sobre meio ambiente é concorrente, cabendo aos estados fixar as normas específicas da matéria, de acordo com a realidade regional.
- d) A norma estadual apresenta uma inconstitucionalidade orgânica, por usurpação da competência legislativa privativa da União para legislar sobre atividades nucleares de qualquer natureza.

57. Lei do Município de Anápolis-GO dispôs sobre o serviço local de gás canalizado, o que violou a Constituição Federal no que concerne à repartição de competências. Inconformado, o Governador de Goiás pretende combater a inconstitucionalidade da lei municipal por meio de ação do controle abstrato de constitucionalidade. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva correta.

- a) A lei municipal poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade da competência do Supremo Tribunal Federal.
- b) O Governador de Goiás não tem legitimidade para propor ação de controle abstrato de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) A inconstitucionalidade da lei municipal só poderá ser analisada pelo Supremo Tribunal Federal pela via incidental.
- d) A lei municipal poderá ser combatida perante o Supremo Tribunal Federal por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

58. Decreto do Presidente da República excluiu a previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência e fixou que os critérios de aprovação dessas provas poderão seguir os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos. Acerca do ato do Executivo, de acordo com a Constituição Federal, e nos termos do posicionamento do Supremo Tribunal Federal, aponte a única alternativa incorreta.

- a) Adaptações adicionais, nas provas físicas, de tecnologias assistivas além daquelas que o candidato com deficiência já utiliza, fere a isonomia entre os candidatos e faz prevalecer o interesse privado sobre o interesse público.
- b) É inconstitucional a interpretação que exclui o direito de candidatos com deficiência à adaptação razoável em provas físicas de concursos públicos.
- c) É inconstitucional a submissão genérica de candidatos com e sem deficiência aos mesmos critérios em provas físicas, sem a demonstração da sua necessidade para o exercício da função pública.
- d) A exclusão da previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência viola o bloco de constitucionalidade composto pela Constituição Federal e pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada à ordem jurídica brasileira com o “status” de Emenda Constitucional.

59. O Rio Grande do Sul pretende, mediante lei estadual, após consulta prévia à população diretamente interessada, tendo sido apresentado estudo de viabilidade, criar novo município a partir de desmembramento. Acerca do caso narrado, aponte a alternativa correta, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal e nos termos expressos na Constituição Federal.

- a) A Constituição Federal veda a secessão, de forma que aos Estados-membros é vedada a criação de novos municípios por desmembramento de município existente.
- b) A competência para a formação de novos municípios, por fusão ou por desmembramento, é da União, por meio de lei complementar.
- c) O Rio Grande do Sul está autorizado a formar novos municípios, por fusão ou por desmembramento, uma vez que o resultado do plebiscito foi favorável e houve publicação de estudo de viabilidade. Entretanto, o assunto é reservado à lei complementar estadual.
- d) O Rio Grande do Sul não poderá criar novo município antes da publicação de lei complementar federal estabelecendo o período em que a competência poderá ser exercida.

60. João, Presidente da República, atentou contra o exercício de direitos individuais e políticos, motivo pelo qual veio a ser acusado por Maria, brasileira, cidadã, de crime de responsabilidade. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

- a) Compete ao Senado Federal, após autorização da Câmara dos Deputados, julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade.
- b) Caso condenado, o Presidente da República poderá sofrer a perda do cargo e a inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública.
- c) Após a formalização do processo pelo Senado Federal, o Presidente da República deverá ser afastado do cargo pelo prazo limite de 180 dias.
- d) A autorização da Câmara dos Deputados vincula o Senado, que deverá formalizar o processo contra o Presidente da República por crime de responsabilidade.

DIREITO ELEITORAL

Rafael Barretto

61. Sobre alistamento eleitoral, é incorreto afirmar que:

- a) O prazo para requerer alistamento eleitoral é de até 151 dias antes da eleição.
- b) O alistamento eleitoral é obrigatório para os maiores de dezoito anos, devendo o brasileiro nato se alistar até completar 19 anos e o naturalizado até um ano após adquirir a nacionalidade brasileira.
- c) O alistamento eleitoral é facultativo para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. Se o analfabeto deixar de sê-lo, deverá requerer a inscrição eleitoral.
- d) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos. O militar conscrito que já tiver alistamento eleitoral não sofrerá impedimento ao exercício do voto.

62. Acerca do regime jurídico das inelegibilidades, é incorreto afirmar que são inelegíveis, para qualquer cargo:

- a) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes.
- b) os que, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade
- c) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude.
- d) os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena.

63. Sobre a criação e registro de partidos políticos, é correto afirmar:

- a) é livre a criação de partidos políticos cuja criação seja previamente aprovada pelo Congresso Nacional.
- b) partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.
- c) partidos políticos adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil, após o registro do estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.
- d) para fundação de um partido político se exige pelo menos 101 fundadores, com domicílio eleitoral em pelo menos 1/3 dos Estados.

64. Acerca do princípio da anterioridade eleitoral, é correto afirmar que:

- a) Esse princípio impede que sejam feitas modificações na legislação eleitoral há menos de 1 ano antes da eleição.
- b) É possível modificar as regras da disputa eleitoral no ano de realização da eleição.
- c) O princípio submete os participantes do processo eleitoral, tanto partidos políticos como candidatos, à ações legislativas casuísticas que possam surgir com intenção de beneficiar, ou prejudicar, algum dos partícipes da disputa eleitoral.
- d) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

65. Sobre os sistemas eleitorais, é correto afirmar que:

- a) O sistema eleitoral majoritário determina que o vencedor das eleições seja, sempre, o candidato que tiver a maioria relativa dos votos válidos.
- b) O sistema majoritário se subdivide em simples e absoluto. Pelo sistema majoritário simples, basta obter mais votos que os demais candidatos para ser eleito, ainda que isso não represente a vontade da maioria do eleitorado. Já no sistema majoritário absoluto, se exige a obtenção da maioria absoluta dos votos, ou seja, de mais do que 50% dos votos válidos.
- c) A Constituição brasileira adota o sistema majoritário apenas para os cargos do Poder Executivo.
- d) A Constituição brasileira adota o sistema proporcional apenas para todos os cargos do Poder Legislativo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

66. São atos de improbidade administrativa que causam lesão ao erário, EXCETO:

- a) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- b) Frustrar a licitude de concurso público.
- c) Frustrar a licitude de processo licitatório.
- d) Conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

67. Acerca das entidades do Terceiro Setor, é correto afirmar:

- a) O acordo de cooperação corresponde ao instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- b) É possível condicionar a realização de chamamento público ou a celebração de parceria à prévia realização de Procedimento de Manifestação de Interesse Social.
- c) O termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- d) A realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social dispensa a convocação por meio de chamamento público para a celebração de parceria.

68. Em relação os Agentes Públicos, é correto afirmar:

- a) É constitucional o aproveitamento de servidor, aprovado em concurso público a exigir formação de nível médio, em cargo que pressuponha escolaridade superior.
- b) O Poder Judiciário possui competência para determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei que vise a promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos.

c) O não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos não gera direito subjetivo a indenização.

d) Os servidores públicos ocupantes exclusivamente de cargo público em comissão devem aposentar-se compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade ou, na forma da lei complementar federal, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade.

69. Sobre a Intervenção do Estado na Propriedade Privada é correto afirmar:

- a) Em ação de desapropriação, é possível ao juiz determinar a realização de perícia avaliatória, ainda que os réus tenham concordado com o valor oferecido pelo Estado.
- b) A intervenção do Ministério Público nas ações de desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária é facultativa.
- c) Não é cabível reparação decorrente de limitações administrativas em ação de desapropriação indireta.
- d) Configura desapropriação indireta quando o Estado se limita a realizar serviços públicos de infraestrutura em gleba cuja invasão por particulares apresenta situação consolidada e irreversível.

70. No que diz respeito ao Processo Administrativo Disciplinar, é correto afirmar:

- a) No processo administrativo disciplinar, a alteração da capitulação legal imputada ao acusado enseja nulidade.
- b) O mandado de segurança constitui via adequada para o exame da suficiência do conjunto fático-probatório constante do processo administrativo disciplinar.
- c) É permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, ainda que sem prévia investigação ou sindicância.
- d) O controle judicial no processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, não sendo possível nenhuma incursão no mérito administrativo.

71. Com relação aos Atos Administrativos, é correto afirmar:

- a) A venda de bens de produção no mercado por sociedade de economia mista caracteriza a prática de ato administrativo.
- b) A presunção de legitimidade não se aplica a todos os atos administrativos, apenas aos dos chefes de poderes e seus assessores.
- c) A exoneração ad nutum não necessita de explicitação do motivo para sua validade; todavia, se o administrador, por faculdade, declarar o motivo, esse fato passará a ser determinante para a configuração lícita do ato administrativo exoneratório.
- d) A anulação de ato administrativo fundamenta-se na ilegalidade do ato, enquanto a revogação funciona como uma espécie de sanção para aqueles que deixaram de cumprir as condições determinadas pelo ato.

72. No que diz respeito ao Controle da Administração Pública, é correto afirmar:

- a) O Poder Judiciário pode revogar atos praticados pelo Poder Executivo eivados de ilegalidade.
- b) De acordo com o STF, não é possível a extinção de tribunal de contas dos municípios mediante promulgação de emenda à Constituição estadual.
- c) A nomeação de cônjuge da autoridade nomeante para o exercício de cargo em comissão ou de confiança na Administração Pública do Estado não viola a Constituição Federal.
- d) A reclamação para anular ato administrativo que confronte súmula vinculante é uma modalidade de controle externo da atividade administrativa.

73. Sobre a Responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) Na ação de reparação de danos, que tem por objeto a conduta comissiva de um agente do Estado, é preciso que se comprove, além do nexo causal e dano, o elemento volitivo do agente do Estado.
- b) O Estado responde civilmente em razão da conduta culposa de seu agente, aplicando-se ao caso a teoria do risco administrativo.
- c) A prescrição para as ações de reparação civil contra o Estado ocorre em três anos.
- d) Conforme a teoria do risco administrativo, uma empresa estatal dotada de personalidade jurídica de direito privado que exerça atividade econômica responderá objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, resguardado o direito de regresso contra o causador do dano.

74. Na contratação de serviços e obras, quando o regime de execução for de contratação integrada, o prazo mínimo para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, será de:

- a) 60 dias úteis.
- b) 08 dias úteis.
- c) 30 dias úteis.
- d) 15 dias úteis.

75. De acordo com a Lei 14.133/2021, a sanção que declara a inidoneidade para licitar ou contratar, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta:

- a) De todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos e máximo de 4 (quatro) anos.
- b) Do ente que aplicou a sanção, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos e máximo de 4 (quatro) anos.
- c) Do ente que aplicou a sanção, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- d) De todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rogério Cunha

76. De acordo com os julgamentos do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, assinale a opção correta:

- a) Prescinde de lei em sentido formal a instituição de regime de recolhimento do ICMS por estimativa.
- b) É inconstitucional a incidência do ISS sobre a prestação de serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
- c) São constitucionais a instituição e a cobrança de taxas por emissão ou remessa de carnês/guias de recolhimento de tributos.
- d) Os bens e direitos que integram o patrimônio do fundo vinculado ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado pela Lei 10.188/2001, beneficiam-se da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

77. Assinale a opção correta sobre o processo judicial tributário:

- a) Não é cabível mandado de segurança contra sentença de primeira instância proferida em execução fiscal de valor igual ou inferior a 50 (cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN (Lei 6.830/81, art. 34).
- b) A citação válida, salvo quando realizada por edital, tem o condão de interromper o fluxo do prazo prescricional.
- c) Em ações de execução fiscal, é possível indeferir a petição inicial sob o argumento da falta de indicação do CPF e/ou RG (pessoa física) ou CNPJ (pessoa jurídica) da parte executada.
- d) É admissível exceção de pré-executividade em execução fiscal promovida contra sócio que figura como responsável na Certidão de Dívida Ativa - CDA.

78. Acerca do sistema tributário nacional assinale a alternativa correta:

- a) Não incide o IPTU, sobre imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido a pessoa jurídica de direito privado que o explora economicamente.
- b) Em execução fiscal é necessária a apresentação do demonstrativo de cálculo pela Fazenda Pública.
- c) O espólio é pessoalmente responsável pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.
- d) As operadoras de planos privados de assistência à saúde (plano de saúde e seguro-saúde) realizam prestação de serviço sujeita ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, previsto no art. 156, III, da CRFB/88;

79. Acerca da obrigação tributária, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- b) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- c) Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- d) a interrupção operada contra o codevedor, não prejudica aos demais coobrigados.

80. Acerca do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), é correto afirmar:

- a) É lícito ao comerciante de boa-fé aproveitar os créditos de ICMS decorrentes de nota fiscal posteriormente declarada inidônea, quando demonstrada a veracidade da compra e venda
- b) O ICMS incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.
- c) O ICMS incide sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público.
- d) A prestação de serviço de composição gráfica, personalizada e sob encomenda, ainda que envolva fornecimento de mercadorias, está sujeita ao ICMS.

81. Acerca das limitações constitucionais ao poder de tributar assinale a alternativa correta:

- a) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária está sujeita ao princípio da anterioridade.
- b) É lícito, ao Município, majorar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- c) Somente após a Emenda Constitucional 33/2001, é constitucional a incidência de ICMS sobre operações de importação efetuadas por pessoa, física ou jurídica, que não se dedica habitualmente ao comércio ou à prestação de serviços, devendo tal tributação estar prevista em lei complementar federal.
- d) Ao Imposto de Renda calculado sobre os rendimentos do ano-base, aplica-se a lei vigente no exercício financeiro em que deve ser apresentada a declaração

82. Considerando o instituto da denúncia espontânea, assinale a opção incorreta:

- a) Se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração, desde que ainda não transitada em julgada a apuração
- b) - O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.
- c) A responsabilidade pelos juros de mora não é excluída pela denúncia espontânea da infração.
- d) o instituto da denúncia espontânea não se aplica nos casos de parcelamento de débito tributário.

83. Assinale a opção que reflita um causa de exclusão do crédito tributário:

- a) remissão
- b) parcelamento
- c) anistia
- d) moratória

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

84. Verine das Neves e Kaique das Rochas constituem uma sociedade com a intenção de prestar os seus serviços intelectuais em festas infantis, já que possuem formação intelectual em teatro, entre mais. A sociedade leva o nome de VERIKIQUE ENTRETENIMENTO S/S. Ressalte-se que a sociedade fora constituída para fins econômicos e exercício de atividade profissional não organizada e teve a sua inscrição no cartório de registro civil das pessoas jurídicas.

- a) O órgão registral de opção para a inscrição está adequado.
- b) A inscrição haveria de ser realizada em um dos cartórios de registro das juntas comerciais estaduais.
- c) A inscrição haveria de ser feito em uma das juntas estaduais vinculadas ao registro público de empresas mercantis.
- d) A inscrição haveria de ser feita um cartório de títulos e documentos empresariais.

85. Kaíque Mari da Silva Tanaka constitui uma empresa na forma de Microempreendedor individual já que pretende desenvolver um negócio empresarial em que a receita bruta anual é de 60.000,00 (sessenta mil reais) em média. Em vista da escolha realizada, podemos afirmar:

- a) Kaíque poderá constituir o seu negócio em forma de EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.
- b) Kaíque poderá constituir a empresa em forma de EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade limitada caso o valor da receita fosse superior a 100 (cem salários-mínimos).
- c) Kaíque deve constituir a empresa na forma de Empresário Individual.
- d) Kaíque poderá constituir a empresa, inclusive, na forma de sociedade limitada unipessoal.

86. Analise a situação a seguir:

Um grupo de pessoas destinadas à atividade intelectual (Mari, Victor e Verine) se obriga mutuamente a contribuir, com serviços ou bens, para o exercício de atividade econômica e a partilha, igualmente, dos resultados. Nessa conjuntura,

- a) estamos diante de uma sociedade empresária, já que o principal elemento de empresa sempre está presente nas atividades intelectuais.
- b) a atividade é empresarial já que econômica.
- c) caso a atividade seja profissional, econômica e organizada devemos considerá-la empresarial.
- d) a atividade não pode ser considerada empresária em nenhuma hipótese.

87. Assinale a alternativa que indique o que é empresário para o Código Civil

- a) O sócio de qualquer sociedade empresária, desde que exerça o cargo de administrador.
- b) o agente que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços.
- c) Equiparado à pessoa jurídica que pratica a atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços.
- d) Um indivíduo a quem a lei atribui responsabilidade limitada se tiver integralizado o capital social empregado na produção.

88. Assinale a alternativa que indique a sociedade unipessoal limitada no Código Civil

- a) O sócio de qualquer sociedade empresária, desde que exerça o cargo de administrador.
- b) a pessoa jurídica que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços.
- c) Equiparado ao empresário individual que pratica a atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços.
- d) Um indivíduo a quem a lei atribui responsabilidade limitada, ainda que não tenha integralizado o capital social empregado na produção.

89. Vanessa e Priscila são condôminas de uma quota de sociedade limitada no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais). A sócia Priscila pretende adquirir a totalidade das quotas, mas pretende integralizá-las com serviços.

Você é consultado(a), como advogado(a), sobre a possibilidade de a sociedade aceitar a integralização das quotas por intermédio de serviços. Assinale a opção que apresenta a resposta correta.

- a) Ela é obrigada à integralização do capital em dinheiro ou bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.
- b) Ela poderá integralizar a sua parte em serviços, basta indicar o valor de sua hora e os seus efeitos econômicos para a sociedade no contrato social.
- c) Ela poderá integralizar as quotas em serviços, desde que haja previsão contratual.
- d) Ela não poderá integralizar as quotas em serviços, porque o capital da sociedade é inferior a 100 salários mínimos.

90. Igor adquiriu uma boia para a piscina de sua nova residência em uma loja de artigos domésticos. A vendedora, sociedade limitada empresária, recebeu um cheque pré-datado em pagamento e se comprometeu a não o antecipar. Infelizmente, dias após, o cheque é devolvido na conta bancária do emitente, que, felizmente não sofreu nenhum prejuízo material.

Com base na jurisprudência pacificada, assinale a afirmativa correta.

- a) Ainda que não haja o prejuízo material, haverá a caracterização de dano moral.
- b) Não pode ensejar qualquer indenização ao emitente.
- c) Pode ensejar apenas dano moral, mas sem ultrapassar a quantia de 100 salários-mínimos como indenização.
- d) Pode ensejar indenização apenas se o cheque for devolvido sem provisão de fundos.

91. Marquito emitiu nota promissória à vista em favor de Ratinho. Antes da apresentação a pagamento, Ratinho realizou endosso sem garantia para Anitta.

De posse do título, é correto afirmar que Anitta

- a) poderá exercer todos os direitos inerentes ao título, mas não terá direito de cobrança em face de Ratinho e Marquito.
- b) poderá exercer todos os direitos inerentes ao título, mas não terá direito de cobrança em face de Ratinho.
- c) poderá exercer todos os direitos inerentes ao título, mas não terá direito de cobrança em face de Marquito.
- d) Poderá realizar a cobrança de ambos, mas não poderá transferir o título a outra pessoa.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

92. Afrânio foi surpreendido pela fiscalização ambiental transportando 28 metros cúbicos de madeira, quando tinha autorização para transportar apenas 15 metros cúbicos. Em decorrência do fato, foi lavrado o respectivo auto de infração, e toda a madeira foi apreendida. Neste caso hipotético, assinale a alternativa correta:

- a) A apreensão de toda a madeira, pela autoridade fiscalizatória, é medida ilegal, haja vista que a apreensão deveria se restringir apenas ao excesso de madeira transportado.
- b) A apreensão de toda a madeira, pela autoridade fiscalizatória, é medida ilegal, haja vista que não há previsão de apreensão da madeira transportada.
- c) A apreensão de toda a madeira, pela autoridade fiscalizatória, é medida legal, haja vista que, segundo o STJ, o transporte em quantidade excessiva de madeira, não acobertada pela respectiva guia de autorização, legitima a apreensão de toda a mercadoria.
- d) A apreensão de toda a madeira, pela autoridade fiscalizatória, é medida legal, haja vista que, segundo o STJ, a responsabilidade administrativa ambiental é objetiva, ou seja, independe de culpa ou dolo.

93. Constituem unidades de conservação pertencentes ao grupo de uso sustentável:

- a) Área de Proteção Ambiental e Reserva Biológica.
- b) Área de Proteção Ambiental e Floresta Nacional.
- c) Monumento Natural e Floresta Nacional.
- d) Refúgio da Vida Silvestre e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

94. É órgão superior do SISNAMA:

- a) Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
- b) Ministério do Meio Ambiente.
- c) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA.
- d) Conselho de Governo.

95. Não está sujeito à outorga do direito de uso de recursos hídricos:

- a) Aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.
- b) Lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.
- c) Extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.
- d) As derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes.

96. Márcio, proprietário de área rural localizada na Vale do Paraíba, desmatou toda a área para fins de cultivo de hortaliças, e antes de implantar seu projeto acabou alienando a área para a empresa Super Cana LTDA. O Ministério Público ajuizou ação judicial em face da pessoa jurídica (Super Cana LTDA), atual proprietária da área, para a responsabilizar civilmente pelos danos ambientais causados. Marque a alternativa correta:

- a) A ação deverá ser julgada procedente, pois a atual proprietária, ao adquirir a área rural, recebe também os deveres ambientais decorrentes da função ambiental da propriedade.
- b) O Ministério Público não possui legitimidade para ajuizar ação de reparação de danos ambientais, motivo pelo qual a demanda deve ser julgada improcedente.
- c) A ação jamais poderia ter sido ajuizada em face da Super Cana LTDA., pois no Brasil não se admite a responsabilização de pessoa jurídica por dano ambiental.
- d) A ação deverá ser julgada improcedente, haja vista que a empresa não poderia compor o pólo passivo da demanda, pois não desmatou a área, não podendo ser responsabilizada civilmente pelos danos causados.

97. Sobre o meio ambiente, marque a alternativa correta:

- a) É um bem de uso comum do povo, facultando-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- b) É classificado como bem privado, mas de alcance coletivo.
- c) Não há *bis in idem* na dupla cobrança do usuário de recursos naturais que também polui o meio ambiente, pois os fundamentos da cobrança são diferentes: há a cobrança pela degradação ambiental (poluidor-pagador) e há a cobrança pelo uso dos recursos naturais pertencentes a sociedade (usuário-pagador).
- d) Seu conceito não inclui o meio ambiente do trabalho.

98. Acerca da concessão florestal, assinale a alternativa correta:

- a) A concessão florestal poderá ser firmada com pessoa física ou jurídica.
- b) A concessão florestal terá como objeto a exploração de produtos e serviços florestais, em unidade de manejo de floresta pública, registrada no respectivo cadastro de florestas públicas e incluída no lote de concessão florestal.
- c) A concessão florestal poderá ser onerosa ou gratuita, e sempre por prazo determinado.
- d) Na concessão florestal há o compartilhamento dos riscos do negócio entre poder concedente e concessionário.

99. Acerca do direito ambiental internacional assinale a alternativa correta:

- a) O Relatório de Brundtland, documento intitulado “Nosso Futuro Comum”, foi elaborado pela COP-21.
- b) O principal documento produzido no Acordo de Paris (COP-21) foi o Agenda 21, que é um programa de ação que viabiliza o novo padrão de desenvolvimento ambientalmente racional.
- c) A Conferência Estocolmo-72 impôs a progressiva redução da produção e consumo das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDOs) até sua total eliminação.
- d) Na Conferência Estocolmo-72 foi votado um Plano de Ação para o Meio Ambiente, composto por 109 recomendações, recomendações estas centradas, dentre outras políticas, no chamado “Plano Vigia”, que consiste no investimento em tecnologias de controle para policiar e avaliar as condições do “meio ambiente mundial”.

100. Acerca do Plano Diretor, assinale a alternativa correta:

- a) A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.
 - b) O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, mas é facultativo para cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico.
 - c) O plano diretor deverá englobar pelo menos 80% do território do Município.
 - d) O plano diretor, aprovado por lei estadual, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.
-

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-SP-Magistratura-16-10>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>